

COOPERAÇÃO SUL-SUL NA CPLP: O CASO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR (ENSAN) DE ANGOLA¹

Rosalina Weber de Carvalho²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a construção e o avanço da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) de Angola, como resultado da Cooperação Sul-Sul (CSS) no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A pesquisa justifica-se pela relevância acadêmica e social, dada a escassez de estudos que abordem a segurança alimentar em Angola sob a perspectiva da CSS, contribuindo assim para o debate sobre políticas públicas e desenvolvimento sustentável no país. Metodologicamente, o trabalho baseia-se em uma abordagem qualitativa, utilizando análise documental de fontes primárias (relatórios institucionais, documentos da CPLP, legislação angolana e publicações da FAO) e bibliografia especializada. Trata-se de um estudo focado na trajetória da ENSAN, permitindo uma avaliação crítica do processo político-institucional vinculado à CSS. A pesquisa bibliográfica incluiu revisão de literatura sobre cooperação internacional, segurança alimentar e políticas públicas, além de dados secundários sobre indicadores de insegurança alimentar em Angola. Os resultados indicam que a ENSAN foi fortemente influenciada pela CSS, especialmente por meio de parcerias com o Brasil e organismos internacionais, que forneceram suporte técnico e modelos de políticas adaptáveis. No entanto, apesar dos avanços institucionais, como a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), persistem desafios como fragilidades na implementação, falta de dados atualizados e dependência de cooperação externa. Conclui-se que, embora a CSS tenha sido fundamental para a estruturação da ENSAN, sua efetividade plena requer maior articulação nacional, financiamento sustentável e participação social.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Angola); Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; políticas públicas.

ABSTRACT

This article analyzes Angola's National Strategy for Food and Nutrition Security (ENSAN) as a result of South-South Cooperation (SSC) within the framework of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP). The research is justified by its academic and social relevance, given the scarcity of studies addressing food security in Angola from the perspective of SSC, thereby contributing to the debate on public policies and sustainable development in the country. Methodologically, the study adopts a qualitative approach, using document analysis of primary sources (institutional reports, CPLP documents, Angolan legislation, and FAO publications) and specialized literature. It is a study focused on the trajectory of ENSAN, enabling a critical evaluation of the political-institutional process linked to SSC. The literature review covered international cooperation, food security, and public policy, as well as secondary data on food insecurity indicators in Angola. The results indicate that ENSAN was strongly influenced by SSC, particularly through partnerships with Brazil and international organizations that provided technical support and adaptable policy models. However, despite institutional advances such as the creation of the National Council for Food and Nutrition Security (CONSAN), challenges remain, including weaknesses in implementation, lack of updated data, and dependence on external cooperation. It is concluded that, although SSC was fundamental in structuring ENSAN, its full effectiveness requires stronger national coordination, sustainable funding, and social participation.

Keywords: South-South Cooperation; National Strategy for Food and Nutritional Security (Angola); Community of Portuguese-Speaking Countries; public policies.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal.

² Bacharela em Humanidades e graduanda em Relações Internacionais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

A cooperação sul-sul na Comunidade dos países de língua Portuguesa (CPLP), é um modelo de parceria entre países em desenvolvimento com a finalidade de promover o desenvolvimento bilateral e fortalecer as relações políticas e econômicas. Assim sendo, essa cooperação no cenário da CPLP se fundamenta na solidariedade entre os países possibilitando assim a partilha e apoio financeiro, tecnológico e a assistência técnica para a expansão de projetos que correspondem às dificuldades locais, especificamente em países que dividem realidades históricas e culturais similares.

A CPLP assume-se como um novo projeto político cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e patrimônio comum dos Nove – que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum [...] A CPLP tem como objetivos gerais a concentração política e a cooperação nos domínios social, cultural e econômico. Para a prossecução desses objetivos a Comunidade tem promovido a coordenação sistemática das atividades das instituições públicas e entidades privadas empenhadas no incremento da cooperação entre os seus Estados-membros. (Manual da cooperação da CPLP, 2025).

A CPLP conta com mecanismos de cooperação, redes e plataformas para materializar os objetivos dos países membros. Estes mecanismos são o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN-CPLP) e o Fórum da Sociedade Civil da CPLP. O primeiro mecanismo tem como objetivo de possibilitar a segurança alimentar e Nutricional nos países membros da CPLP, onde por um lado a CONSAN-CPLP funciona como um cenário de realização de acordos entre organizações e governos internacionais. Já no que diz respeito à sociedade civil, este segundo mecanismo propõe-se a desenvolver e estruturar políticas públicas de garantia ao Direito Humano à Alimentação Adequada, com objetivo de unir movimentos sociais e organizações não governamentais representantes de comunidades para auxiliar projetos e ações que sustentam as políticas relacionadas ao tema em questão. Ambos são responsáveis pela formação de sistemas alimentares sustentáveis com base na soberania alimentar (Manual da Cooperação da CPLP, 2024).

Em Angola, a cooperação sul-sul tem atuado principalmente na promoção da segurança alimentar e nutricional em particular no período após a guerra civil em 2002, onde o país começou a enfrentar maiores desafios no combate à fome e à desnutrição. Este modelo de cooperação é determinado pela transferência tecnológica e de experiências por meio de países em desenvolvimento, com objetivo de fortalecer os projetos e políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, nutrição e a consolidação institucional no país. De acordo com Costa apud

Leite *et al.* (2014), esta cooperação possibilita oportunidades nas relações internacionais proporcionando assim respostas adequadas às realidades locais. Como exemplo de êxito desta cooperação destaca-se a relação entre Angola e o Brasil na área do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO, auxiliando na criação de políticas de Segurança Alimentar com a preparação de hortas nas escolas e auxílio na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (FAO, 2017), deste modo, a cooperação Sul-Sul se evidencia com um processo que permitiu a evolução da temática de Segurança Alimentar em Angola tendo em conta as necessidades do país.

Contudo a segurança alimentar e Nutricional, estabelece o direito humano essencial como objetivo estratégico para o desenvolvimento sustentável. Em Angola a criação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN), evidencia um marco institucional na promoção de políticas públicas adaptadas para a erradicação da fome, o combate à pobreza e o avanço das condições nutricionais da população. A visão da ENSAN está inserida em um contexto nacional de desigualdades sociais destacando a insegurança alimentar crônica e a grave vulnerabilidade por conta de fatores econômicos e climáticos (Governo de Angola, 2025). Isto, acabou facilitando a criação e implementação de pesquisa e projetos voltados para agricultura familiar e para a segurança alimentar. Para isto, se cabe aqui destacar que os países africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), foram os que mais se beneficiaram com a cooperação técnica Brasileira em diversas áreas, mas cabe-nos aqui destacar a área de Segurança Alimentar (IPEA, 2010).

A escolha do tema deste artigo, se dá a partir das pesquisas feitas sobre assuntos voltados à Pobreza, Fome, Cooperação, Segurança Alimentar e Nutricional. Sobre tudo no que diz respeito a implantação de políticas públicas que visam assegurar a segurança alimentar e nutricional no território Angolano. Por isso, o interesse pelo tema remete à necessidade de dar uma atenção às questões citadas acima. O artigo tem como objetivo analisar em que medida a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) de Angola, configura-se como um resultado direto da Cooperação Sul-Sul no âmbito da CPLP. Busca-se ainda compreender o processo de formulação e implementação da ENSAN, com base em documentos oficiais e relatórios técnicos, de forma a identificar suas principais áreas de atuação e os impactos na promoção da segurança alimentar e nutricional em Angola.

A metodologia adotada é qualitativa, com base em análise documental de fontes primárias (relatórios institucionais, resoluções da CPLP, documentos da FAO, textos legais do governo angolano, entre outros) e bibliografia científica especializada. O estudo é um estudo

de caso, centrado na formulação e desenvolvimento da ENSAN em Angola, permitindo uma análise do processo político e institucional vinculado à Cooperação Sul-Sul.

O artigo está dividido em três partes, a primeira seção procurou analisar sobre o diálogo da cooperação sul-sul e da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), além da CSS na CPLP na área de Segurança Alimentar e Nutricional e Trajetória Histórica da ESAN-CPLP. Na segunda seção analisaremos se apresenta a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Angola – ENSAN Angola e na terceira seção vemos os impactos da ENSAN em Angola, finalmente apresento considerações finais do trabalho.

2 DIALOGO SOBRE A COOPERAÇÃO SUL-SUL E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (CID)

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) não é um fato recente, pois está atrelada a dois marcos importantes. O primeiro marco é a Segunda Guerra Mundial. Neste período, foram aplicadas normas, políticas e padrões que serviram como meio de restituição das nações que foram assoladas pela guerra na Europa. O segundo marco é a Guerra Fria, que serviu como meio para agilizar o desenvolvimento de países menos produtivos, por conta da coação e da perda de liderança ou domínio do plano capitalista destinado à União Soviética. A cooperação passou a ser utilizada como mecanismo de desenvolvimento, com o objetivo de equilibrar as relações de poder existentes entre os antigos centros e colônias, ao se estabelecer como uma proposta fundamental das nações em desenvolvimento (Carvalho; Muñoz, 2016).

Em 1960, é criada a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tem por objetivo a base moral de responsabilizar os países desenvolvidos (ricos) com o desenvolvimento de países menos desenvolvidos (pobres). Os países que constituem a OCDE, por um longo período, acabam desenvolvendo uma cooperação também vista como essencial e orgânica, que possui um padrão próprio, não o imposto pela sociedade, e que tem que passar por várias etapas até alcançar o seu objetivo.

Com isso, é importante salientar que vários foram os investimentos realizados na CID, mas que, infelizmente, não se alcançou o tão esperado desenvolvimento. Por algum tempo, a culpa do resultado ineficaz recaiu sobre os países beneficiários da ajuda, por conta da má governação e da corrupção de seus governantes.

Nesse contexto de relações Norte-Sul, alguns doadores passaram a responsabilizar diretamente os países em desenvolvimento pelas mudanças necessárias em suas economias nacionais: foi o caso do presidente Richard M. Nixon, que, na Conferência de Guam (no Pacífico, em Julho de 1969), exaltou a necessidade de que os países do Sul assumissem maiores responsabilidades por sua própria segurança e progresso, pois "excessiva dependência de um protetor pode eventualmente comprometer sua dignidade" (Milani, 2018. p. 48).

Porém, a CID, como um conceito central no cenário global contemporâneo, reflete a busca por soluções conjuntas para enfrentar desafios que transcendem fronteiras nacionais, como a pobreza, as desigualdades sociais, a insegurança alimentar e os impactos das mudanças climáticas. Esta não se limita apenas ao envio de recursos financeiros de países mais ricos para os mais pobres, mas envolve uma rede complexa de relações, que inclui o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias, práticas e políticas públicas eficazes, além do fortalecimento das capacidades locais para que os países beneficiados possam alcançar a autonomia no processo de desenvolvimento. Ressalta-se, assim, a importância de uma abordagem holística para a cooperação, que considere as especificidades culturais, sociais, políticas e econômicas de cada contexto (Caixeta; Morasso, 2021).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) tem ganhado importância crescente como ferramenta estratégica para apoiar países em desenvolvimento na construção de políticas públicas mais integradas e sustentáveis. Essa cooperação deve ir além da simples transferência de recursos, sendo orientada por princípios de parceria, com responsabilidade e fortalecimento das capacidades institucionais locais, com foco na redução das desigualdades e na promoção da resiliência (OCDE, 2018).

Para que se torne eficiente, a CID necessita manter-se estruturada de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, na busca de resultados evidentes e duradouros, que não apenas apresentem impactos imediatos, mas que também consolida a adaptação dos países e das comunidades para encarar os desafios globais a longo prazo (Sachs, 2015).

Por outro lado, a Cooperação Sul-Sul surge na década de 1950 como um projeto do Sul Global, com participantes tais como: o continente africano, a América Latina, o Caribe, a Ásia e a Oceania, tendo como referência a Conferência de Bandung, com o objetivo de cooperar e criar estabilidade no Sistema Internacional. Pois relaciona-se a uma fusão das dimensões técnicas, políticas, científicas e tecnológicas, com visibilidade ao desenvolvimento e à independência dos países do Sul Global (Milani; Carvalho, 2013).

De acordo com Lechini (2009), entende-se por Cooperação Sul-Sul o relacionamento entre países periféricos que se refere, de modo geral e com uma finalidade, à cooperação política

que visa reforçar as relações bilaterais e as coligações nos foros multilaterais, para obter um maior poder de negociação conjunta em defesa de seus interesses. Para isto, há vários tipos de proximidade que demonstram as distintas dimensões: estas são a econômica, a comercial, a técnica, a científico-tecnológica, a acadêmica e a da diáspora, africana na América Latina.

Esse tipo de cooperação é uma forma de interação entre países do Sul Global, com o objetivo de fortalecer a economia, garantir a soberania política e criar parcerias baseadas na solidariedade. A Cooperação Sul-Sul costuma ser vista como uma alternativa às formas tradicionais de ajuda entre países do Norte e do Sul, que muitas vezes são criticadas por serem desiguais e por impor modelos neoliberais. Nesse contexto, autores como Milani e Carvalho (2013) ressaltam que a Cooperação Sul-Sul permite uma troca mais igualitária de experiências e valoriza as particularidades de cada região, ajudando a criar uma cooperação mais justa e adaptada às realidades locais.

Embora esta cooperação se encontre em processo de renovação, tanto em suas razões quanto em sua evolução. Longe dos habituais atores da cooperação internacional, o discurso Sul-Sul abarca outros atores, como outras instituições, institutos de pesquisa, movimentos, organizações internacionais, organizações não governamentais, universidades, setores sociais e atores da sociedade civil (Dória, 2011).

2.1 COOPERAÇÃO SUL-SUL NA CPLP NA ÁREA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESAN-CPLP

A CPLP vê a Cooperação Sul-Sul como uma colaboração entre países em vias de desenvolvimento, que partilham uma língua em comum, com o objetivo de desenvolver as suas competências, seja no individual ou coletivamente. Também pode ser considerada como uma cooperação técnica entre países com problemas iguais. “A Cooperação entre os países da CPLP considera os laços histórico e culturais da língua comum que partilham, constituindo estes elementos vantagens distintivas na implementação destas atividades.” (Manual de Cooperação da CPLP, 2024)

A Cooperação da CPLP engloba o conjunto das atividades promovidas no âmbito da Organização, com o propósito de incrementar o desenvolvimento inclusivo e sustentável dos seus Estados-Membros (EM), alinhando-se com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, obedecendo a princípios de solidariedade e parceria, e constituindo, assim, um contributo à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (Manual de Cooperação da CPLP, 2024).

De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), os governantes dos países de língua portuguesa viram a importância da criação de uma comunidade que pensasse em conjunto para a resolução de um problema comum.

O processo ganhou impulso decisivo na década de 90, merecendo destaque o empenho do então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira. O primeiro passo concreto no processo de criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em Novembro de 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa a convite do Presidente brasileiro, José Sarney. Na reunião, decidiu-se criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocupa da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade (CPLP, 2024)

Em junho de 1996, na Conferência de Chefes de Estado e de Governo, nos dias 17 e 18 do mesmo ano. Esta Comunidade tornou-se uma estrutura organizacional para a lusofonia.

Como se sabe, a CPLP inclui países com desenvolvimento humano muito elevado (Portugal), elevado (Brasil), médio (Cabo Verde, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe) e baixo (Angola, Guiné Bissau e Moçambique). Em termos absolutos, a CPLP conta com quase 28 milhões de desnutridos. Em termos proporcionais, os países mais problemáticos são Angola (44%), Moçambique (37%), Guiné-Bissau (31%), Timor-Leste (23%) e Cabo Verde (14%). (ESAN-CPLP, 2011)

Por outro lado, a Cooperação Sul-Sul na área de Segurança Alimentar e Nutricional serve como referência de parceria entre países em desenvolvimento, tendo como ponto central a partilha de conhecimento, experiência e tecnologia e a melhor forma de poder ultrapassar as dificuldades comuns referentes à segurança alimentar e nutricional. (Carrascál, 2020).

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP) é um mecanismo de cooperação da CPLP que reúne atores estatais (representantes ministeriais da tutela) e não estatais (sociedade civil, setor privado, universidades, parlamentares e poder local). Este mecanismo é responsável pela coordenação das políticas e programas desenvolvidos no setor da segurança alimentar e nutricional e por assessorar a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (CCEG) da CPLP, naquele tema específico (CPLP, 2015).

A junção de organizações importantes, tais como a Organização das Nações Unidas, junto a ONGs e Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), foi um grande avanço para a inserção da temática da segurança alimentar e nutricional como uma prioridade em suas agendas. De acordo com Sarmiento e Pinto (2015), como resultado dos debates desenvolvidos pelos países da CPLP em 12 de junho, resultou na aprovação de acordos políticos para o fomento da segurança alimentar e nutricional e, consequentemente, a eliminação da fome na comunidade. Esse marco político e significativo

teve como resultado a aprovação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP, 2011).

De acordo CARRASCAL (2020, p. 14) ressalta:

A construção da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) representou um avanço importante na consolidação de um marco regional baseado no Direito Humano à Alimentação Adequada, com forte protagonismo da sociedade civil organizada, especialmente por meio da REDSAN-CPLP.

Assim, uma vez criada, a ESAN-CPLP foi de grande relevância na luta contra a erradicação da pobreza, bem como na forma de cooperação para o desenvolvimento mútuo dentro da comunidade. Optou-se por uma perspectiva que se fundamenta nos direitos, que reconhecem e priorizam a garantia dos direitos humanos à alimentação adequada (DHAA), como princípio que orienta as ações tomadas pelos Estados-membros no combate à fome. Portanto, a mesma foi aprovada na XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (Luanda, aos 22 de junho de 2011), onde se decidiu integrar o tema de segurança alimentar na CPLP e aprimorar a sua governança em nível regional de modo a aumentar as colaborações comunitárias neste contexto. Mais tarde, veio a ser aprovada pela 146ª Reunião Ordinária do Comitê de Concertação Permanente da CPLP, porém veio a ser reconhecida em julho de 2012, na IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Maputo (Actuar, 2018).

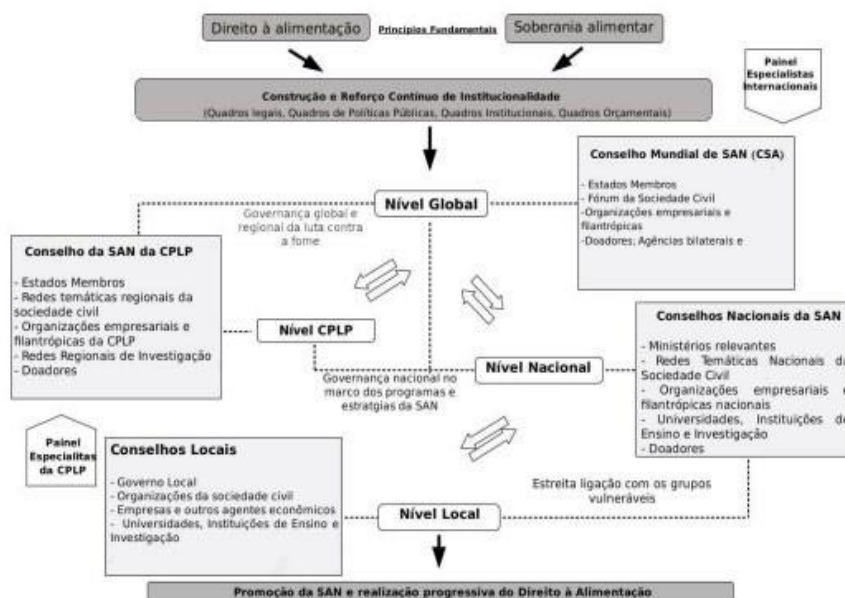
Outrossim, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com exceção de Portugal, passou por um processo de conflito político e militar, entre outros fatores, que acabaram dificultando o seu desenvolvimento. Tanto as comunidades rurais como os pequenos produtores agrícolas, sem acesso a equipamentos, recursos naturais e serviços públicos acessíveis que permitam o acesso à alimentação, enfrentam estruturas enfraquecidas e escassos recursos. Isso acaba dificultando a implementação de políticas públicas desenvolvidas pelos próprios governos, tendo em conta a reduzida capacidade de acompanhamento e avaliação (CPLP, 2018).

Tendo em conta isso, a ESAN-CPLP foi desenvolvida tendo como base o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), tem como objetivo principal contribuir para a governança e concepção de políticas de promoção à segurança alimentar e nutricional, bem como para a erradicação da fome e da pobreza dentro das comunidades, tendo como inspiração o Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CSA) (Actuar, 2018).

A ESAN-CPLP se configurou como uma política pública para o direito à alimentação adequada e representa a institucionalização do tema da segurança alimentar e nutricional na CPLP. Assim, tem como perspectiva uma comunidade de países com recursos humanos

saudáveis, sem fome e pobreza, com a realização constante do direito humano à alimentação, bem como o respeito à soberania alimentar. A SAN teve um impacto em várias áreas e níveis, tais como global, nacional e local, como nos apresenta a figura a seguir (CPLP, 2015).

Figura 1 - Modelo de Governança da Estratégia da CPLP



Fonte: CPLP (2015).

Estes conselhos constituem assim, os quatro níveis acima mencionados e tem trabalhado em conjunto em prol da segurança alimentar e nutricional dentro da comunidade.

3 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ANGOLA – ENSAN ANGOLA

Segundo o Instituto de Estudo da Fome (2011), Angola tem apresentado uma dedicação no progresso e implementação da segurança alimentar e nutricional (SAN), de sua população como também preferência na sua agenda nacional e internacional. Tendo em conta isto, as dificuldades enfrentadas pelo governo angolano em relação ao desenvolvimento de um plano institucional, estratégico e orçamental que fosse responsável pela coordenação de ações ligadas à segurança alimentar tanto a nível local como nacional, a fim de atender de forma satisfatória e prática as necessidades alimentares e nutricionais da sua população.

Assim sendo, acolheu-se a 26 Conferência Regional da FAO para África, onde deixou bem claro o seu objetivo quanto a melhoria da sua governança em (SAN)³. Como parte da comunidade tinha o objetivo de se desenvolver em relação à temática de segurança alimentar e nutricional, com isto foram desenvolvidas algumas parcerias com PESA que ficou responsável pela execução de alguns projetos como a estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional nos seus vários planos, sendo o Nacional, local e provincial. No desenvolvimento de sistemas produtivos no campo, desenvolver alianças e se coordenar com outros parceiros.

Entre tanto, destacam-se dois métodos institucionais e essenciais tais como a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSAN), e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN). A ENSAN, tendo sido formulada como uma política pública governamental junto ao Plano de Ação de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN), representou uma decisão importante no que diz respeito à institucionalização da Segurança Alimentar em Angola como no combate à fome. Isto passa a ser um processo contínuo e que vai se adaptando às demandas do país. No caso de Angola, destaca-se a estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional, baseada nos direitos humanos, concebida para o período de 2009 a 2013. Esta estratégia, embora desatualizada e carecendo de efetiva implementação, inclui metas e responsabilidades, prevê mecanismos de monitoria e a instituição de um conselho multisetorial e multifatores no país. O compromisso político com a renovação da estratégia e criação do conselho têm aumentado gradualmente (Actuar, 2018).

Para isto, tanto a componente territorial como a nacional possuem importantes iniciativas nas práticas adequadas de segurança alimentar nas comunidades para a diminuição da insegurança alimentar como na melhoria de acesso aos alimentos, onde a Escola de Campo para Agricultores (ECAs), têm a responsabilidade de desenvolver meios junto dos pequenos agricultores locais para a melhoria da produção local. Já na componente nacional algumas instituições tais como o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADER), GSA, ficaram responsáveis pela formulação da ENSAN, enquanto a FAO ficou responsável pelo apoio técnico contínuo. O Gabinete de Segurança Alimentar (GSA) junta a FAO foram responsáveis por desenvolver diálogos com atores importantes tais como Ministérios, Agências da ONU e a sociedade civil. Com objetivo de dar a conhecer a decisão do governo de formular uma política pública voltada a ENSAN como também incentivar a participação deles. (MINADER, 2007)

³ Informações sobre a 26ª Conferência, incluindo conteúdos discutidos e relatório final pode ser encontrada http://www.fao.org/Unfao/Bodies/RegConferences/arc26/index_en.htm

A ENSAN, no princípio do seu processo de formulação, apresenta os seguintes objetivos:

- Facilitar a articulação intersetorial das políticas relacionadas com a segurança alimentar, envolvendo os vários ministérios e a sociedade civil.
- Definir linhas estratégicas que orientem as políticas e ações com vista à melhoria das condições de segurança alimentar de todos os angolanos, em especial daqueles em situação de maior pobreza e vulnerabilidade.
- Elaborar um programa nacional de segurança alimentar no qual se definam as iniciativas prioritárias, o plano de implementação das ações e se atribuam os recursos necessários.
- Contar com uma ampla participação nas discussões a nível nacional, provincial e local, envolvendo todos os parceiros interessados em contribuir para a segurança alimentar.

Assim sendo, a ENSAN, no seu processo de formulação, teve vários órgãos e equipas constituídas, como por exemplo a equipa técnica. A SAN, por representar uma característica multidimensional e intersetorial, acaba envolvendo os setores do governo na criação da política nacional (IEH, 2011, p. 26). Assim, a equipa técnica, que é parte constituinte de profissionais dos ministérios envolvidos, teve como missão incentivar a segurança alimentar e executar o arquivo da ENSAN.

Ela entrou em execução em 2007, com a orientação da FAO. Durante esse período, comprometeu-se com a criação da ENSAN, bem como com a elaboração de uma análise do nível de insegurança alimentar e nutricional e de vulnerabilidade, o mapeamento das iniciativas dos setores relacionadas à segurança alimentar a serem desenvolvidas, além da priorização das ações recomendadas (Diário da República de Angola, 2009).

Durante a formulação da ENSAN, os ministérios envolvidos foram:

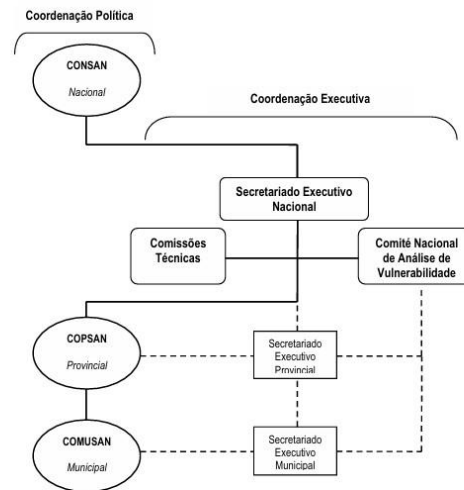
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas
- Ministério da Assistência e Reinserção Social
- Ministério da Educação
- Ministério da Família e Promoção da Mulher
- Ministério da Saúde

- Ministério das Finanças
- Ministério das Pescas
- Ministério do Comércio
- Ministério do Planeamento
- Ministério do Urbanismo

Outrossim, depois de um processo árduo, foi elaborado o primeiro documento preliminar da ENSAN, que durante o ano de 2008 passou por consultas públicas. O objetivo dessas consultas era demonstrar um método eficiente para reunir análises e recomendações dos setores e atores envolvidos na efetivação da segurança alimentar em Angola.

As consultas públicas foram desenvolvidas por meio de seminários, tanto provinciais quanto regionais. Esse primeiro modelo da ENSAN também foi analisado a nível provincial, através de seus governadores. Todas as recomendações resultantes dessas consultas foram anexadas à versão final da ENSAN, que teve sua análise em 2009, no seminário realizado em Luanda. A realização de um evento de caráter nacional, com a participação de vários quadrantes sociais para validação pública do documento a nível nacional, conferiu visibilidade e credibilidade à ENSAN (IEH, 2011, p. 28).

Portanto, considerando que, no âmbito dos esforços para o desenvolvimento do país, o Governo está empenhado em promover o desenvolvimento socioeconômico de modo sustentável, tendo em conta o potencial dos recursos naturais existentes, proporcionando maior geração de emprego e renda, como um dos pressupostos para garantir a segurança alimentar e nutricional, considerando a necessidade de assegurar aos cidadãos o acesso físico e econômico aos alimentos de forma permanente, estável e segura. (Diário da República, 2009). Outrossim é importante destacar a interligação da COSAN e dos diferentes órgãos que a constituem:

Figura 2 - Interligação entre os diferentes órgãos do CONSAN

Fonte: Relatório "Definição do quadro institucional para a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) em Angola", submetido pelo IEH à FAO e GSA/MINADERP em Maio, 2010.

A figura apresentada, intitulada "Interligação entre os diferentes órgãos do CONSAN", revela a complexa estrutura institucional que sustenta a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) em Angola. O diagrama destaca a articulação entre diferentes níveis de coordenação política e executiva, além da integração de comissões técnicas e órgãos específicos como o Comitê Nacional de Análise de Vulnerabilidade. Nota-se também a presença dos Conselhos Provinciais e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COPSAN e COMSAN), que asseguram a descentralização e capilaridade das ações no território nacional. Essa estrutura evidencia um esforço de governança intersetorial e multinível, refletindo a natureza transversal da segurança alimentar, conforme apontado na formulação da ENSAN.

Dessa forma, é possível relacionar o conteúdo do quadro com o processo descrito anteriormente: a participação ativa de diversos ministérios e entidades governamentais na formulação da ENSAN encontra respaldo institucional nesta arquitetura organizacional. A equipe técnica mencionada, composta por representantes dos diferentes ministérios, se encaixa na lógica das comissões técnicas e da Secretaria Executiva Nacional, conforme ilustrado na figura. A articulação entre os níveis nacional, provincial e municipal demonstra que a ENSAN foi concebida para ser uma política pública ampla, que combina análise técnica, articulação política e participação social, elementos fundamentais que foram mobilizados nas consultas públicas e seminários descritos.

Portanto, a interligação institucional apresentada no quadro não apenas fortalece a coordenação das ações relacionadas à segurança alimentar, mas também simboliza o

compromisso do Estado angolano com uma abordagem estruturada, participativa e baseada em evidências. Essa organização visa garantir que os princípios da segurança alimentar como o acesso físico e econômico contínuo aos alimentos sejam efetivamente traduzidos em políticas públicas que atendam às necessidades das populações mais vulneráveis, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e inclusivo no país.

4 IMPACTOS DA ENSAN NA SOCIEDADE ANGOLANA

No início da ENSAN Angola apresentava índices preocupantes de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Desde então, ao longo dos últimos 15 anos, tem-se observado uma evolução significativa desses indicadores, evidenciando tanto avanços quanto retrocessos nas condições alimentares da população. A análise dos dados permite compreender os impactos das políticas implementadas no combate à fome, bem como os desafios persistentes que ainda limitam o acesso regular a alimentos em quantidade e qualidade adequadas. Assim sendo, resultados provenientes do IBEP 2008-2009, indicam que cerca de 37% da população Angolana viveu em situação de pobreza sendo definido um valor de 4.793 Kwanzas mensal para cada indivíduo onde o mesmo valor é inferior a US\$ 1 dólar diário. Onde a proporção de pessoas vivendo em pobreza extrema passou de 19,8% em 2000-2001 para 6,0% em 2008-2009. (INE, 2018)

Segundo os relatórios da FAO especificamente o relatório SOFI 2024 (*The State of Food Security and Nutrition in the World*), os indicadores mais recentes mostram que Angola ainda enfrenta níveis elevados de Insegurança Alimentar Grave, Subnutrição e Insegurança Alimentar Moderada a Grave. Esses dados evidenciam a urgência de fortalecer as políticas públicas e os mecanismos de implementação da ENSAN, especialmente nas regiões mais vulneráveis do país, de forma a garantir o direito humano à alimentação adequada e sustentável. (FAO, 2024)

Os quadros a seguir apresentam os dados de progresso rumo ao ODS e metas nutricionais globais, como os números de Subalimentação e Insegurança Alimentar Moderada ou Grave:

Quadro 1 - Pessoas afetadas pela Subalimentação, Insegurança Alimentar Moderada ou Grave. 2017-2022

NÚMERO DE PESSOAS SUBALIMENTADAS		NÚMERO DE PESSOAS QUE PADECEM DE INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE		NÚMERO DE PESSOAS QUE PADECEM DE INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA O GRAVE	
2004-06	2021-2023	2014-16	2021-23	2014-16	2021-23
(milhões) 10,2	(milhões) 8,3	(milhões) n.d.	(milhões) 11,3	(milhões) n.d.	(milhões) 28,2

Fonte: SOFI (2024).

Quadro 2 - Incapacidade de ter uma Alimentação saudável 2017-2022

País	Proporção da população que não pode pagar uma dieta saudável %						Número de pessoas que não podiam pagar uma dieta saudável (milhões)					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Angola	% 62,7	% 65,1	% 66,8	% 70,1	% 71,7	% 72,2	18,9	20,4	21,6	23,4	24,7	25,7

Fonte: SOFI (2024).

A FRESAN, Programa de Fortalecimento da Resiliência e da segurança alimentar e Nutricional em Angola, também é uma organização que tem como objetivo a redução da fome, da pobreza, da vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional. Por conta deste mesmo projeto já foram beneficiadas um total de 600 mil pessoas. Com a aprovação da agenda econômica em julho de 2023, a mesma tem o objetivo de promover e incentivar a economia e alavancar a produção de alimentos através das seguintes formas (INE, 2018):

1. Apoiar o acesso de financiamento de Caixas Comunitárias junto de cooperativas agropecuárias;
2. Institucionalizar o Crédito Agrícola de Campanha e Preço Mínimo;

3. Reforço do sistema de garantias públicas para acesso ao crédito comercial, através do Fundo de Garantia de Crédito (FGC) e do Tesouro Nacional (Garantias Soberanas).
4. Potencializar a mecanização agrícola.

Em Angola, cerca de 3,1 milhões de famílias trabalham no campo, sendo que cerca de cerca da metade recebe apoio e assistência técnica e insumos regularmente, pretende-se atingir a outra metade das famílias, com o projeto de recrutamento de técnicos agrários para assim poder capacitar os mesmos. Assim sendo prevê-se um crescimento no setor agropecuário com 8,3%, permitindo a redução da insegurança alimentar em 21% da população. (Governo de Angola, 2024).

Diante disso, vale enfatizar que a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) surge como resposta à necessidade de garantir o direito humano à alimentação adequada em Angola, especialmente diante dos desafios históricos relacionados à insegurança alimentar no país. Desde sua formulação, a ENSAN propõe uma abordagem abrangente e articulada entre diversos setores governamentais e sociais, reconhecendo que a segurança alimentar não depende apenas da produção de alimentos, mas também de fatores como acesso, educação, saúde e proteção social. Sua base multidimensional evidencia a preocupação com grupos mais vulneráveis da população, exigindo políticas públicas integradas, sustentáveis e adaptáveis às diferentes realidades regionais. Nesse sentido, a implementação da ENSAN representa um marco importante nos esforços para estruturar respostas sistêmicas às causas estruturais da fome e da má nutrição no país.

No que diz respeito à área nutricional, a ENSAN procura extinguir a desnutrição infantil, práticas alimentares impróprias e falta de nutrientes por intermédio da educação alimentar, projetos nutricionais em escolas e em postos de saúde (IEH, 2011).

No entanto, com base nos resultados de todas as iniciativas, não se alcançou o resultado esperado, pois tem-se verificado a fome crônica persistente, especificamente no meio de mulheres e crianças (FAO, 2017). Quanto ao avanço intersetorial da ENSAN, ele engloba vários setores, como: agricultura, saúde, educação, proteção social e saneamento, ampliando ações eficientes e possibilitando um olhar adaptado ao progresso humano. O presente modelo dá suporte e competência às instituições locais para que sejam capazes de atender às crises alimentares motivadas por impactos econômicos, seca e assistência na adaptabilidade das comunidades.

Ainda assim, permanecem as dificuldades de insegurança alimentar localmente, sendo o obstáculo na área de logística nos locais distantes e a ausência de informações recentes, que dificultam o controle das atividades, além da carência de patrocínio. Apesar disso, os resultados da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional são evidentes nas realidades vivenciadas entre as famílias angolanas, firmando-se como uma política pública fundamental com a finalidade de estimular o desenvolvimento sustentável da nação (Freitas *et al.*, 2023).

Assim, os desafios estruturais da insegurança Alimentar, como as alterações climáticas, a degradação ambiental e a instabilidade dos preços dos alimentos e do petróleo o Governo Angolano lançou a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN II), por meio do Decreto Presidencial n.º 47/25, de 18 de fevereiro de 2025. A nova estratégia terá sua vigência até 2034, atualizando e substituindo a ENSAN I (Resolução n.º 130/09) introduzindo eixos estratégicos voltados à produção sustentável, a melhoria do acesso a alimentos de qualidade e a educação alimentar e nutricional. (Angola, 2025)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar em que medida a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) de Angola configura-se como um resultado direto da Cooperação Sul-Sul (CSS) no âmbito da CPLP, destacando seu processo de formulação, implementação e impactos na sociedade angolana. A pesquisa confirmou que a ENSAN foi fortemente influenciada pelo modelo de cooperação técnica e política entre países em desenvolvimento, especialmente por meio da transferência de conhecimentos, tecnologias e experiências compartilhadas no âmbito da CPLP, com destaque para o apoio do Brasil e de organismos internacionais como a FAO.

A ENSAN emergiu como uma política pública essencial para Angola no período do pós-guerra civil (2002), buscando enfrentar desafios estruturais como a fome, a desnutrição e a pobreza aguda que assolava o país. Sua elaboração contou com um amplo processo participativo, envolvendo múltiplos ministérios, sociedade civil e parceiros internacionais, refletindo uma abordagem intersetorial e baseada no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). No entanto, apesar dos avanços institucionais, como a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), a implementação da estratégia ainda enfrenta dificuldades e obstáculos tais como a falta de recursos logísticos, dados e informações atualizados e financiamento sustentável.

Quanto aos impactos da ENSAN, observa-se que a mesma contribuiu para a institucionalização da segurança alimentar em Angola, promovendo assim uma conscientização coletiva da real necessidade de alcançar a segurança alimentar. Como também a criação de iniciativas e programas de alimentação escolar, apoio à agricultura familiar e Educação Nutricional. Contudo, os índices de insegurança alimentar oscilam de acordo as situações que país vem a enfrentar a cada ano que passa evidenciando a necessidade de maior investimento e aprimoramento das políticas públicas.

Este estudo oferece subsídios relevantes para a avaliação de políticas públicas em contextos de vulnerabilidade alimentar, destacando a importância da governança multinível e da Cooperação Internacional como ferramentas para o desenvolvimento sustentável. Além disso, contribui para a literatura sobre Cooperação Sul-Sul, área que ainda carece de estudos empíricos aprofundados sobre seus efeitos reais em países africanos lusófonos. A pesquisa demonstra que, embora a CSS tenha possibilitado avanços significativos em Angola, seu potencial só será plenamente realizado com maior articulação entre os atores locais, o fortalecimento institucional e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por fim, recomenda-se que futuros estudos aprofundem a análise dos mecanismos de monitoramento e avaliação da ENSAN, bem como o papel da sociedade civil na fiscalização das políticas públicas, garantindo que a segurança alimentar e nutricional se consolide como um pilar central no desenvolvimento angolano.

REFERÊNCIAS

ABC: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP. **Ministério das relações exteriores (ABC) agência brasileira de cooperação.** Disponível em: <https://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaosulsul/cplp> acessado em 25/11/2024

ACTUAR. (2018), **Monitoramento Regional do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas na CPLP:** a implementação da ESAN-CPLP. junho de 2018. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/texcom/nutricion/Diretrizes.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2024.

Angola, Decreto Presidencial n.º 47/25, de 18 de fevereiro de 2025. **Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN II).** Diário da República, I Série, Luanda, 2025.

ANGOLA. **Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Luanda, 2009. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/ang119820policy.pdf> Acesso em: 15/02/2024.

CAIXETA, Marina B.; MORASSO, Carla M. Potencialidades e limites da Cooperação Sul-Sul no plano contra hegemônico: **O caso da agricultura familiar na Argentina e no Brasil**. Revista OIKOS, Rio de Janeiro, Vol. 20, n. 2, 2021 p. 163-183.

CASTILLA-CARRASCÁL, Ivette Tatiana. Sociedade civil e segurança alimentar na CPLP: **o papel da Rede da Sociedade civil para a Segurança Alimentar e Nutricional REDSAN-CPLP**. *Política Hoje*, v. 29, n. 1, p. 7–25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/246838> . Acesso em: 10/04/2024.

CPLP. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP**. Disponível em; <https://www.cplp.org/id-2752.aspx> . Acessado em 26 agosto de 2024

CPLP. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **MANUAL DA COOPERAÇÃO DA CPLP**. Disponível em: www.cplp.org acessado em: 10 outubro 2024.

CPLP. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP: enquadramento e órgãos para governação**. Lisboa: CPLP, jun. 2015.

DIÁRIO DA REPÚBLICA: Conselho de Ministros. Resolução n.º 130/09, de 29 de dezembro de 2009. **Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o seu Plano de Acções**. Diário da República: órgão oficial da República de Angola, I Série, n. 246, 29 dez. 2009.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Conselho de Ministros**: Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o seu Plano de Acções. 2009 I Série-N.246 Resolução n.º 130/09.

DÓRIA, Ana. **Cooperação internacional e desenvolvimento**. 2011

MOSCA, João; FRANÇA, Caio; CORREIA, Manuel; BRISSOS, Susana: Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP. CPLP, 2017. Rua de S. Mamede ao Caldas, nº 21. Disponível em: www.cplp.org/seguranca.alimentar acessado em 10/08/2024.

FAO. **Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Cimeira Mundial da Alimentação, 13-17 de novembro, Roma, 1996.

FREITAS, J. S. MAZZARELLA, M. G. M. MELO, E. L. L. V. A. **O papel da cooperação técnica brasileira com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) no campo da segurança alimentar**. Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.14, e 74153, 2023

GOVERNO DE ANGOLA, 2025: <https://governo.gov.ao/> acessado em 24 novembro de 2024.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional**: 2010. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/160825_relatorio_cobradi_2010_portugues.pdf. Acesso em: 28 janeiro 2025.

IEH. Instituto de Estudios del Hambre “**O Caminho da Governança da Segurança Alimentar: A experiência de Angola**”. Madrid: Instituto de Estudo da Fome, janeiro. 2011.

LECHINI, G. **Relación Sur-Sur y la Búsqueda de Autonomía en América Latina: mito o realidad?** *Relações Internacionais*, n. 12, outubro 2009. Disponível em: <http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/article/viewFile/173/159.html> . Acesso em: out.2024.

MSC-CONSAN. (2018) **Monitoramento Regional do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas na CPLP: a implementação da ESAN-CPLP**. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2018/copy5_of_maio/MonitoramentoESAN_CPLP_MSC.pdf . Acesso em: 29 mar. 2024.

MALUF, R.; SANTARELLI, Mariana; PAULINO, G. **Cooperação Sul-Sul brasileira em soberania e segurança alimentar e nutricional: evidências de pesquisa e indicativos de agenda**. Texto para Discussão, cap, II; e III n. 9, 2015.

MILANI, Carlos R. S; CARVALHO, Tassia C. O: **Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano**. *South-South Cooperation and Foreign Policy: Brazil and China in Africa*. *Revista de estudos internacionais* v. 1 n. 1 jan-jun 2013.

MILANI, Carlos: **Solidariedade e Interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento**. Ed. Apris, 2018.

MINADER: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural: **Relatório da Campanha Agrícola**. 2006/2007.

MUÑOZ, Enara Echart; CARVALHO, Tássia Camila de Oliveira. **A cooperação Sulsul brasileira com a África no campo da alimentação: uma política coerente com o desenvolvimento**. *Caderno CRH*, v. 29, p. 33-52, 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/odsagenda2030.html> . Acesso em: 18 maio 2024.

PINHO, C. E. S. (2014). ‘**Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: as relações Brasil-África na promoção de políticas públicas (2003-2012)**’. *Observador On-Line*, 9(2).

OCDE: ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Development Co-operation Report 2018: Joining Forces to Leave No One Behind**. Paris: OECD Publishing, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1787/dcr2018-en> .

SACHS, Jeffrey D. **The Age of Sustainable Development**. New York: Columbia University Press, 2015.

SARMENTO, Francisco; PINTO, João. *Construção e implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP: histórico, balanço e perspectivas*. Texto para Discussão nº 7. Lisboa: CERESAN, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/33626290>. acesso em: 05 agosto 2024.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional:** projetos, descontinuidades e consolidação. Texto para Discussão, 2014.

SOFI: FAO; FIDA; OMS; PMA; UNICEF. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2024:** financiación para acabar con el hambre, la inseguridad alimentaria y la malnutrición en todas sus formas. Roma: FAO, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cd1254es> . Acesso em: 17 fevereiro 2025. WAISBICH L. Trajber; PAMEROY Melissa; BOULOS Renata; SILVA Daniel.